



Ouvidoria Judicial do TJ, em novo espaço, amplia atendimento ao público



Segundo a coordenação, com a mudança houve melhor distribuição dos funcionários e dos trabalhos da Ouvidoria

A Ouvidoria Judicial, sob o comando do desembargador José Mazoni Ferreira, possui novas dependências desde o final de março, quando deixou de ocupar a Torre II para se instalar no reformado 7º andar da Torre I. Para a coordenadora do setor, Mariana da Silva Pioner, a mudança facilitou o acesso do público externo. Com duas funcionárias e duas estagiárias, a Ouvidoria está em seu segundo ano de funcionamento, e atendeu somente em fevereiro 134 manifestações. Criada através da resolução 12/06-TJ, em 25 de agosto de 2006, surgiu com a necessidade de aperfeiçoamento das atividades do Poder Judiciário e ampliou, conseqüentemente, a disponibilidade de informações e de canais de comunicação com os cidadãos. Em pouco mais

de um ano de atuação, a Ouvidoria Judicial constatou que a maioria das manifestações efetuadas pelos usuários diz respeito a pedidos de informação sobre o Judiciário (29%), reclamações contra a morosidade da Justiça (9,7%) e sugestões para melhoria dos serviços judiciários (11%). Esses números e os assuntos abordados revelam, inclusive, que os meios e a linguagem de atendimento hoje utilizados dificultam a compreensão das pessoas sobre como é processada uma ação, fatos que contribuem de forma negativa para a imagem da Justiça. A coordenadora acrescenta que o papel do setor é o de defender o Poder Judiciário perante o público externo e defender este público perante o Judiciário. "O nosso papel é de ouvir, entender e tentar

achar uma solução para o caso", explica. Desde o início do ano, a Ouvidoria Judicial não poupou esforços para divulgar seu trabalho. Cartazes e folders informativos foram distribuídos em todos os Fóruns, Casas da Cidadania, Seccionais da OAB/SC, Unidades Prisionais, Universidades e demais instituições de Ensino, Secretarias e Prefeituras Municipais e do Estado, inclusive com circulação no transporte coletivo da Capital. O ouvidor, desembargador Mazoni Ferreira, também tem divulgado os trabalhos em viagens pelo Estado.



Formas de atendimento

O meio de acesso à Ouvidoria de mais destaque é o e-mail, responsável por 65% das manifestações recebidas. Em seguida, o telefone (17%) e o formulário eletrônico disponibilizado na página da ouvidoria (11%), além do atendimento pessoal (4%) – que tende a aumentar com o novo espaço, acredita a coordenação. Quanto à origem das manifestações, 97% são oriundas de mais de 40 municípios do Estado e 3% provêm de outros Estados.



A Ouvidoria Judicial é de extrema importância, pois leva à população informações sobre a estrutura e o funcionamento do Judiciário

Relatório das Ouvidorias Judicial e dos Servidores



A Ouvidoria dos Servidores - responsável pela comunicação entre servidores ativos e aposentados e a administração do PJSC - também ganhou novas instalações no 7º andar da Torre I

| Manifestações | Ouvidoria Judicial | Ouvidoria dos Servidores |
|-----------------------|--------------------|--------------------------|
| Sugestões | 22 | - |
| Denúncias | 06 | - |
| Diversos/Outros | 06 | 06 |
| Pedidos de Informação | 65 | 58 |
| Reclamações | 28 | 02 |
| Elogios | 07 | - |
| Total | 134 | 66 |

Março/2008



Conciliação de 2º grau em Concórdia atinge seus objetivos

O Núcleo de Conciliação de 2º Grau do TJ realizou na Comarca de Concórdia mais uma etapa do seu cronograma de audiências itinerantes do ano. O índice de êxito nas audiências, em levantamento preliminar, ultrapassou os 50%. O desembargador Marcus Túlio Sartorato destacou o engajamento dos advogados da região: “Sentimos grande aceitação dos profissionais do Direito em colaborar para a resolução rápida dos processos de seus clientes”. Ele esteve acompanhado do juiz



aposentado Fernando Carvalho Soares e do advogado Carlos Boabaid. Os advogados das partes, ao receberem a intimação há uma semana, acertaram as bases de um acordo que já veio minutado para homologação do Núcleo. Tratava do pagamento de seguro para um

funcionário da agroindústria aposentado por invalidez. “Começamos com o pé direito”, comemorou o desembargador Sartorato. Na parte vespertina, nova audiência exitosa, em ação de reparação por danos morais. Uma funcionária pública federal sofreu completa queda de cabelo após realizar sessões de aplicação

num salão de beleza local. Ganhou a ação em 1º Grau mas apelou ao Tribunal de Justiça com pedido de majoração da indenização. Após cinco anos em trâmite, o processo foi encerrado nesta tarde, com acordo que lhe garantiu R\$ 8 mil. Ela pedia R\$ 10 mil e a sentença lhe dava R\$ 3 mil. “Esse é o espírito da conciliação: nem oito nem 80”, destacou o desembargador Sartorato. As próximas audiências itinerantes acontecerão em agosto, na Comarca de Rio do Sul.

Perfil: Célia Bucchi



O Tribunal de Justiça funcionava na Praça Pereira Oliveira, centro de Florianópolis, tinha 11 desembargadores, muitas máquinas de escrever e

uma regra importante: as funcionárias não podiam usar calças compridas. Esse foi o TJ que Dona Célia Bucchi, natural da Capital, conheceu ao ingressar na instituição como datilógrafa, em 1953. Após trabalhar como oficial judiciária, ocupar o cargo de diretora da Diretoria Administrativa e ser assessora de relações públicas, aposentou-se em 1998. Porém, ainda não era o fim dessa longa relação. Ela conta que sentiu-se muito só após a morte da mãe, em 2001. Filha única, lembra da boa relação com os pais e de como cuidou deles quando enfermos. Admite que isto a deixou mais caseira e que não é muito de passear pela cidade. Dona Célia gosta mesmo é das viagens

de navio. Mas no dia-a-dia, prefere dirigir seu Fusca 73 amarelo – “todo original”, diz orgulhosa. Para preencher o vazio deixado pela morte dos pais, ela voltou ao TJ em 2002. Dona Célia auxilia os trabalhos do gabinete da presidência, recepciona convidados e ajuda na organização das solenidades. É grande a diferença entre o TJ de 53 e o de agora. Para ela, entretanto, o ambiente de trabalho continua maravilhoso pelas amizades que mantém até hoje e por outras tantas que construiu após 2002. “O Tribunal é minha segunda casa”, revela, emocionada.



Projeto prevê extinção da entrância intermediária em SC

O presidente do TJ anunciou na última sessão administrativa do Pleno, o encaminhamento de quatro projetos de lei e um projeto de resolução para análise da Comissão de Organização e Divisão Judiciária. O principal deles diz respeito a compactação da carreira da magistratura, a partir da extinção da entrância intermediária e a elevação das 18 comarcas nela inseridas atualmente para a entrância final. A medida leva em consideração aspectos como o incremento populacional, o número de eleitores e a crescente atividade econômica geradora de receita tributária que consolida os municípios de Araranguá, Biguaçu, Caçador, Campos Novos, Canoinhas, Gaspar, Indaial, Laguna, Mafra, Porto União, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, São Joaquim, São Miguel do Oeste, Tijucas, Timbó, Videira e Xanxerê como cidades de médio porte. Busca-se um novo contorno para a seção judiciária estadual, mais harmonioso e aberto, que possibilite maior tempo de fixação dos magistrados nas comunidades. O projeto de resolução vem acompanhado por minuta de projeto de lei que prevê a readequação dos respectivos cargos, com o objetivo de reparar distorções criadas pela Lei Complementar 160/97 que desvinculou a categoria de juiz da categoria de comarca. A vinculação, antes abolida, voltará a existir em todas as entrâncias com a aprovação do projeto.

Remoção para Juiz de 2º Grau também por antiguidade

Outro projeto anunciado trata do preenchimento das vagas de juizes de Direito de 2º Grau, através da remoção, com a utilização alternada dos critérios de merecimento e antiguidade. Para o segundo caso valerá a aplicação do chamado “quinto constitucional”, habilitando somente candidatos que integram a primeira quinta parte da lista de antiguidade. O estabelecimento deste critério busca dar maior previsibilidade e planejamento nas movimentações horizontais dos juizes. Todos os projetos serão analisados pela Comissão de Organização e Divisão Judiciária para apreciação e propositura de eventuais emendas. Na seqüência rumam para o Pleno. Aprovados, seguem para a Alesc.